
Macaúbas
Energética S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Macaúbas Energética S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Macaúbas Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Macaúbas Energética S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 17 às demonstrações financeiras, a qual descreve que: (i) como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft ("Grupo"), após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Statkraft Energias Renováveis S.A. ("SKER") e de suas controladas, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada à SKER, e o verificado durante essa investigação foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016. Em 15 de outubro de 2021, a Companhia firmou um acordo de leniência com as autoridades federais para um desses casos denunciados.

Em relação aos outros casos, no atual estágio, não é possível prever o resultado final; (ii) a SKER, entre outras pessoas físicas e jurídicas relacionadas aos fundos de participação detidos pela Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF) e outros fundos de pensão, foi arrolada como parte em uma ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF - ANIPA, cujo objetivo é reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por alegada má administração dos recursos pela FUNCEF, o que, atualmente, vem sendo classificado com avaliação de risco possível. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

Macaúbas Energética S.A.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 1º de abril de 2022, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

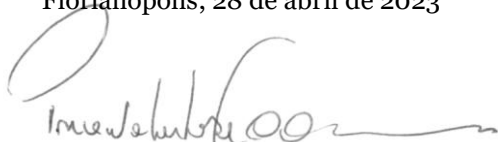


Macaúbas Energética S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 28 de abril de 2023



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

Macaúbas Energética S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	12/31/2022	12/31/2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	12/31/2022	12/31/2021
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.864	2.780	Fornecedores	9	6.637	4.942
Contas a receber	7	2.918	2.564	Arrendamentos		-	51
Tributos a recuperar		24	4	Impostos a recolher		331	267
Adiantamento a fornecedores		2.454	-	Imposto de renda e contribuição social		247	226
Outros ativos		103	113	Dividendos a pagar	13.c	2.962	2.340
Total do ativo circulante		8.363	5.461	Outros passivos		4	518
				Total do passivo circulante		10.181	8.344
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber	7	3.037	1.168	Arrendamentos		620	684
Imobilizado	8	92.066	95.734	Impostos a recolher		111	43
Intangível		131	259	Imposto de renda e contribuição social		93	36
Total do ativo não circulante		95.234	97.161	Provisão para remoção de imobilizado	12	3.172	3.020
				Total do passivo não circulante		3.996	3.783
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	13.a	77.700	81.700
				Reservas de Lucros	13.b	11.720	8.795
				Total do patrimônio líquido		89.420	90.495
TOTAL DO ATIVO		103.597	102.622	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		103.597	102.622

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Macaúbas Energética S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	12/31/2022	12/31/2021
RECEITA			
Receita líquida do fornecimento de energia elétrica	14	33.697	27.673
Receita líquida da prestação de serviços		-	339
Receita líquida		<u>33.697</u>	<u>28.012</u>
Custo do fornecimento de energia elétrica	15.a	<u>(18.159)</u>	<u>(15.910)</u>
Custos		<u>(18.159)</u>	<u>(15.910)</u>
LUCRO BRUTO		<u>15.538</u>	<u>12.102</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	15.b	(2.366)	(2.334)
Outras (despesas) receitas		435	1.682
		<u>(1.931)</u>	<u>(652)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		<u>13.607</u>	<u>11.450</u>
Receitas financeiras		469	309
Despesas financeiras		(398)	(369)
RESULTADO FINANCEIRO	16	<u>71</u>	<u>(60)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>13.678</u>	<u>11.390</u>
Imposto de renda e contribuição social	11	(1.207)	(1.539)
LUCRO DO EXERCÍCIO		<u>12.471</u>	<u>9.851</u>
Lucro do exercício básico e diluído por ação do capital social - R\$		0,298	0,111

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Macaúbas Energética S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>12/31/2022</u>	<u>12/31/2021</u>
LUCRO DO EXERCÍCIO	12.471	9.851
Outros componentes do resultado abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>12.471</u>	<u>9.851</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Macaúbas Energética S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva Legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021		96.700	1.248	2.736	(670)	100.014
Lucro líquido do exercício		-	-	-	9.851	9.851
Redução de capital		(15.000)	-	-	-	(15.000)
Constituição de reserva legal		-	493	-	(493)	-
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	(2.340)	(2.340)
Dividendos adicionais destinados		-	-	(2.030)	-	(2.030)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	6.348	(6.348)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	13	81.700	1.741	7.054	-	90.495
Lucro líquido do exercício		-	-	-	12.471	12.471
Redução de capital		(4.000)	-	-	-	(4.000)
Constituição de reserva legal		-	624	-	(624)	-
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	(2.962)	(2.962)
Dividendos adicionais destinados		-	-	(6.584)	-	(6.584)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	8.886	(8.886)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	13	77.700	2.365	9.356	-	89.420

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Macaúbas Energética S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	12/31/2022	12/31/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro antes dos tributos		13.678	11.390
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício:			
Atualização de provisão para remoção de imobilizado	12	152	252
Baixa de ativo imobilizado e intangível	8	-	52
Depreciação e amortização		9.870	9.752
Despesas financeiras sobre arrendamentos		66	91
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber		(2.221)	509
Fornecedores		(2.602)	3.793
Imposto e contribuição a pagar		210	(130)
Outros ativos		(2.445)	371
Outros passivos		(217)	413
Tributos a recuperar		(20)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.207)	(1.519)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>15.263</u>	<u>24.974</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:			
Aquisição de bens do imobilizado	8	(6.075)	(5.096)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		<u>(6.075)</u>	<u>(5.096)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:			
Arrendamentos		(180)	(75)
Dividendos pagos	13.c	(8.924)	(2.700)
Redução de capital efetuadas	13.a	-	(15.000)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		<u>(9.104)</u>	<u>(17.775)</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>84</u>	<u>2.103</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	2.780	677
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	2.864	2.780
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>84</u>	<u>2.103</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MACAÚBAS ENERGÉTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Macaúbas Energética S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, de direito privado, com sede em Florianópolis no Estado de Santa Catarina, constituída em 16 de outubro de 2007, que tem por objeto social a construção e exploração comercial do Parque Eólico denominado Macaúbas, com 35,07 MW de potência instalada, localizado no município de Brotas de Macaúbas - BA. O prazo de duração da mesma é indeterminado, conforme consta no estatuto da Companhia. A sua única acionista é a Statkraft Energias Renováveis S.A. (“SKER”). A SKER é Companhia integrante do grupo norueguês Statkraft.

A Central Geradora Eólica Macaúbas, localizada no município de Brotas de Macaúbas - BA, possui 21 aerogeradores e está devidamente licenciada pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA, por meio da Licença de Operação - LO nº 16.395, com validade até 22 de junho de 2023.

Em 5 de julho de 2012, por meio do Despacho nº 2.221, a ANEEL autorizou o início da operação comercial da EOL Macaúbas (Macaúbas Energética S.A.), com 35.070 kW de capacidade instalada sendo que a UEE Macaúbas comercializou sua energia no primeiro leilão exclusivo de energia eólica do Brasil (2º LER) ocorrido em dezembro de 2009. No total foram vendidos 13,0 MW médios de energia. A energia foi contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE como energia de reserva por um prazo de 20 anos.

1.1. Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou capital circulante líquido negativo de R\$1.818 (R\$2.883 de capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2021). A Administração entende não haver riscos de liquidez, visto que parte substancial dos passivos circulantes se refere a dividendos e redução de capital a pagar aos acionistas, enquanto os ativos circulantes são representados pelo saldo de contas a receber em aberto, levantadas na data destas demonstrações financeiras. A Administração prevê a geração de caixa decorrente da venda de energia conforme contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados (atual e anterior).

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso das aplicações financeiras, é ajustado para refletir o valor justo, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 28 de abril de 2023.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Ativos e passivos financeiros

A Companhia adota os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 48 (IFRS 9) para seus ativos e passivos financeiros. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente, e considera o modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e a análise dos fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar.

a) Custo amortizado

São constituídos por ativos cujo principal objetivo da Companhia é proporcionar os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros. São também compostos por passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos e fornecedores.

Os ativos e passivos financeiros são apresentados como ativo ou passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

2.4.1. Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4.2. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou ainda realizar o ativo e simultaneamente liquidar o passivo.

2.4.3. “Impairment” de ativos financeiros

Ativos mensurados pelo custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por “impairment” são incorridas somente se há evidência objetiva de “impairment” como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por “impairment” é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por “impairment” é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o “impairment” com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por “impairment” diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o “impairment” ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de “hedge”

A Companhia não realiza operações com derivativos financeiros (contratos de “swap”, troca de moedas ou indexadores, contratos futuros, mercado a termo e de opções, entre outros).

2.6. Contas a receber

O saldo de contas a receber corresponde à venda de energia elétrica contratada até a data das demonstrações financeiras, contabilizado pelos valores faturados, e recebíveis referentes liquidações do Mercado de Curto Prazo - MCP. A provisão para perdas esperadas é avaliada levando em consideração os riscos na apuração de perdas na realização dos créditos. Na data base das demonstrações financeiras não havia provisão constituída em razão da inexistência de expectativa de perda quanto à realização dos referidos créditos.

2.7. Outros ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado quando das suas obsolescências. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada usando o método linear considerando seus custos e seus valores residuais durante sua vida útil técnica estimada (vide nota explicativa nº 8).

2.9. Intangível

Está representado pelos custos correspondentes a aquisição de sistemas de informação e pelos custos correspondentes a obtenção da licença de operação. Os softwares são amortizados pela vida útil esperada pela sua utilização.

Os intangíveis representados pelos custos correspondentes a obtenção da licença de operação, são amortizados pelo prazo de vigência da licença. Caso os custos ambientais associados à referida licença sejam pagos antes da sua efetiva obtenção, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença, o custo estimado desses desembolsos é provisionado e

registrado como ativo intangível.

2.10. Redução ao valor recuperável

Os ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Em 31 de dezembro de 2022, não há indicação de desvalorização que possa requerer a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação.

2.11. Custos de desmobilização do parque eólico

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos, entre outros.

Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas.

Para o custo de desmontagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço.

2.12. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Já as contas a pagar apresentadas como passivo não circulante, são as devidas num prazo maior que 12 meses.

2.13. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produção de energia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A obrigação de desempenho é atendida quando a energia elétrica é gerada e disponibilizada na rede de transmissão ou distribuição de energia, ocorrendo neste momento a entrega do volume de energia elétrica valorizado pelo valor estabelecido em contrato.

2.14. Imposto de renda e contribuição social

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de Lucro Presumido para apuração do imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o resultado. Nesse regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas, acrescida das demais receitas

auferidas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

2.15. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

Os riscos cíveis, trabalhistas e tributários passivos são provisionados levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, as naturezas das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, ou ainda quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas nas demonstrações financeiras, enquanto as classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

2.16. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada em assembleia de acionistas, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto social da Companhia.

2.17. Autorização não onerosa

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia obteve da ANEEL àquela data, a autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, não sendo requerido qualquer pagamento pelo Uso do Bem Público - UBP. A Companhia analisou a referida autorização e o contrato de venda de energia firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e concluiu que os mesmos estão fora do alcance da interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

Em decorrência, e como requerido pela orientação técnica OCPC 05, foi aplicado o pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado (substancial revisão da vida útil dos bens) os quais passaram a ser depreciados pela vida útil a partir de julho de 2012.

2.18. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

As seguintes normas foram emitidas pelo IASB no exercício de 2022:

- CPC 26 (R1) (IAS 1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: Em janeiro de 2020, as alterações emitidas pelo IASB especificaram os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Tais especificações determinaram que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após

a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- CPC 26 (R1) (IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) – “Divulgação de políticas contábeis”: Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- CPC 23 (IAS 8) – “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- CPC 32 (IAS 12) – “Tributos sobre o Lucro”: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

A Companhia avalia as alterações que tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas contábeis das informações trimestrais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com

probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a despesa de depreciação com base na vida útil técnica estimada para cada grupo de ativos imobilizados. Anualmente o grupo avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. A Companhia realiza a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos por meio da realização de análises.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas “Imobilizado”, “Intangível”. O Grupo não encontrou indicativos de perda de recuperabilidade nos ativos para o exercício de 2022.

c) Custos de desmobilização dos parques eólicos

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos e outros.

Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas.

Para o custo de montagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço.

d) Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

4. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Companhia expõem a mesma à diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos ao seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Statkraft, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como pelas políticas de tesouraria da SKER, sua controladora. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

(i) Risco com taxa de juros

O risco com taxa de juros é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas ao financiamento contratado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliara eventual necessidade de renegociação ou pagamento/recebimento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(ii) Risco com taxa de câmbio

O risco com taxa de câmbio é oriundo da exposição da Companhia em outras moedas estrangeiras em relação a possíveis perdas decorrentes caso haja desvalorização da moeda real (R\$) em relação a elas.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía ativos ou passivos denominados em moeda estrangeira, não existindo, assim, exposição a esse risco.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é oriundo das partes terceiras à Companhia que podem deixar de cumprir suas obrigações para com a mesma, principalmente em relação ao contas a receber.

Contudo, a Companhia possui um único contrato de venda de energia de reserva (CER), com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que é uma entidade civil sem fins lucrativos que atua na medição e liquidação financeira dos contratos de compra e venda no mercado de curto prazo, garantindo o fornecimento e modicidade tarifária do mercado brasileiro de energia. Pela característica da parte com qual a Companhia mantém o contrato de venda, a Administração entende que o risco de crédito está mitigado.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características do financiamento contratado.

Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

O saldo a receber de energia é reconhecido mensalmente, conforme seu fornecimento. A Companhia e o Grupo Statkraft entendem que a própria Companhia irá operacionalmente gerar caixa suficiente para liquidar suas obrigações de curto prazo. Ademais, se necessário, a sua controladora poderá prover recursos financeiros necessários para manutenção das obrigações de curto prazo.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	2.864	2.780
	<u>2.864</u>	<u>2.780</u>
Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Contas a receber	5.955	3.732
	<u>5.955</u>	<u>3.732</u>
Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Fornecedores	6.340	4.942
Arrendamentos	620	735
Dividendos	2.962	2.340
Outros passivos	4	518
	<u>9.926</u>	<u>8.535</u>

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em conta movimento ou aplicações financeiras de liquidação imediata conforme segue:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Contas bancárias em moeda funcional	4	9
Aplicações financeiras com liquidez imediata	2.860	2.771
	<u>2.864</u>	<u>2.780</u>

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e são remunerados a taxa média de 99,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas

demonstrações dos fluxos de caixa.

7. CONTAS A RECEBER

		<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Fornecimento de energia elétrica	(i)	2.842	2.540
Contas a receber partes relacionadas	(ii)	76	24
Geração excedente aos contratos CER	(iii)	3.037	1.168
		<u>5.955</u>	<u>3.732</u>
Apresentados como:			
Circulante		2.918	2.564
Não circulante		<u>3.037</u>	<u>1.168</u>
		<u>5.955</u>	<u>3.732</u>

- (i) Representa a energia contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE como energia reserva por um prazo de 20 anos;
- (ii) Composto pelo saldo de compartilhamento de custos entre as empresas do grupo;
- (iii) Saldos exclusivamente referentes à geração de energia excedente ao montante contratado pelo Contrato de Energia de Reserva - CER mantido com a CCEE. O valor até 130% do limite contratado é recebido ao final de cada quadriênio contratual, e o excedente acima de 130%, recebido ao final da apuração de cada ano contratual, em 12 meses.

8. IMOBILIZADO

	31.12.2022				31.12.2021			
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa média de depreciação a.a.	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	6,81%	300	(106)	194	-	300	(85)	215
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	5,01%	363	(129)	234	6,47%	363	(111)	252
Máquinas e Equipamentos	5,32%	1.007	(86)	921	5,36%	56	(11)	45
Linhas de transmissão	5,31%	2.015	(737)	1.278	5,31%	2.015	(630)	1.385
Aerogeradores	5,70%	166.078	(85.974)	80.104	5,77%	162.599	(76.509)	86.090
Outros ativos	5,63%	553	(233)	320	-	934	(227)	707
Imobilizado em curso	-	8.304	-	8.304	-	6.354	-	6.354
Arrendamentos	6,25%	850	(139)	711	5,26%	850	(164)	686
Total		179.470	(87.404)	92.066		173.471	(77.737)	95.734

Abaixo se encontra demonstrado a movimentação de imobilizado, bem como suas respectivas taxas de depreciação anual:

	Terrenos	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Aerogeradores	Outros ativos	Imobilizado em curso	Arrendamentos	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021	235	185	48	1.492	95.465	360	1.768	791	100.344
Adições	-	-	-	-	-	-	5.096	-	5.096
Transferências	-	85	-	-	-	393	(510)	-	(32)
Depreciação	(20)	(18)	(3)	(107)	(9.375)	(46)	-	(53)	(9.622)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(52)	(52)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	215	252	45	1.385	86.090	707	6.354	686	95.734
Adições	-	-	-	-	-	-	6.075	-	6.075
Transferências	(1)	-	930	-	3.479	(361)	(4.041)	78	84
Transferências intangível	-	-	-	-	-	-	(84)	-	(84)
Depreciação	(20)	(18)	(54)	(107)	(9.465)	(26)	-	(53)	(9.743)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	194	234	921	1.278	80.104	320	8.304	711	92.066

(*)Os arrendamentos são representados pela locação de veículos e terras destinados a viabilizar as atividades da planta.

(a) Estimativa da vida útil dos ativos e custos com remoção

A cada três anos é realizada uma revisão formal das estimativas da vida útil pela Companhia, mesmo que não existam indicativos de mudança. Em setembro de 2017 a equipe técnica realizou mudança na estimativa de vida útil técnica dos ativos. Até então a vida útil contábil era considerada a definida pelo Manual de Ativos Fixos da ANEEL, limitado pelo período da autorização.

Na avaliação efetuada em 2017 foram reconhecidos custos com remoção de imobilizado além das alterações das estimativas de vida útil média que segundo avaliação da equipe técnica foi reduzida de 30 para 20 anos.

Em 2021, foi realizada nova revisão das estimativas, não sendo identificadas atualizações aplicáveis.

Os custos com remoção reconhecidos compreendem o valor de R\$3.172 (ver nota explicativa nº 12).

9. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores pode ser assim apresentado:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Fornecedores de mercadorias e serviços	2.340	1.875
Partes relacionadas	<u>4.297</u>	<u>3.067</u>
	<u>6.637</u>	<u>4.942</u>

10. PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém os seguintes contratos firmados com partes relacionadas para operação da UEE:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Contas a Receber		
Statkraft Energia do Brasil Ltda. (ii)	<u>76</u>	<u>24</u>
	<u>76</u>	<u>24</u>
Contas a Pagar		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (i)	<u>4.297</u>	<u>3.067</u>
	<u>4.297</u>	<u>3.067</u>

(i) Serviços de gerenciamento das atividades de operação, compartilhamento de custos administrativos e saldo a pagar de redução de capital, firmados com a Statkraft Energias Renováveis S.A.;

(ii) Serviços de operação e manutenção firmado com as empresas do grupo.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os tributos devidos sobre o lucro tributável foram apurados consoante facultado pela Lei nº 9.718/98, observando o regime de lucro presumido, como a seguir demonstrado:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Base de cálculo presumido - Comércio	32.974	29.309	32.974	29.309
Presunção do lucro tributável - % IRPJ e CSLL - Comércio	8%	8%	12%	12%
	2.638	2.345	3.957	3.517
Base de cálculo presumido - Serviço	-	114	-	114
Presunção do lucro tributável - % IRPJ e CSLL - Serviço	32%	32%	0%	32%
	-	36	-	36
IRPJ e CSLL	2.638	2.381	3.957	3.554
Outras receitas	465	1.963	465	1.963
Base de Cálculo	3.103	4.344	4.422	5.517
Aliquota %	15%	15%	9%	9%
Aliquota Adicional %	10%	10%	0%	0%
Total	(776)	(1.086)	(398)	(496)
Outros efeitos em tributos	91	19	84	-
Dedução adicional IRPJ	(104)	24	(104)	-
IRPJ e CSLL no resultado	(789)	(1.043)	(418)	(496)

12. PROVISÃO PARA REMOÇÃO DE IMOBILIZADO

Os parques eólicos não estão sujeitos a devolução ao poder concedente e não há obrigação legal de remover os equipamentos do local onde estão instalados. Apesar disso, o departamento de desenvolvimento de negócios entende que a remoção da planta de energia do local instalado é necessária com o objetivo de retornar a área às condições mais próximas possíveis ao status original. Conforme avaliação realizada em setembro de 2017, os gastos de desmobilização foram mensurados com base em estimativas que se basearam nas informações disponíveis para os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento. Assim, a Companhia aplicou a interpretação técnica ICPC 12 – Mudanças de Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, registrando a provisão apurada a partir de sua melhor estimativa dos custos a incorrer na desmontagem desses equipamentos ao término da autorização, descontados a valor presente considerando uma taxa real de juros baseada no CDI descontado pela inflação medida conforme o IPCA.

Os custos de desmobilização mensurados e capitalizados na Companhia na data da avaliação totalizaram o montante de R\$2.464. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da provisão é de R\$3.172

(R\$3.020 em 31 de dezembro de 2021).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social está representado pelo montante de R\$ 77.700 e por 77.700.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, (81.700.000 de ações em 31 de dezembro de 2021), detidas integralmente pela Statkraft Energias Renováveis S.A.

Em 27 de outubro de 2022 a Companhia reduziu seu capital em R\$4.000, onde o montante foi convertido em caixa para sua acionista Statkraft Energias Renováveis S.A.

b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Retenção de lucros

Constitui-se a reserva de lucro o saldo de lucros remanescente não distribuído no período em questão, cuja destinação fica a cargo da Assembleia de Acionistas.

c) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, será destinado para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios a todos os acionistas.

O cálculo dos dividendos dos exercícios findos em 31 de dezembro é assim demonstrado:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Lucro líquido do exercício	12.471	9.851
Constituição da reserva legal	<u>(624)</u>	<u>(493)</u>
Base de cálculo	11.847	9.358
Dividendo mínimo estatutário - %	<u>25</u>	<u>25</u>
Dividendos propostos	2.962	2.340
Dividendos adicionais	<u>6.584</u>	<u>2.030</u>
Total de distribuição de dividendos do exercício	<u><u>9.546</u></u>	<u><u>4.370</u></u>
Dividendos propostos por ação - em R\$	0,03812	0,02864

Dividendos adicionais por ação - em R\$	0,08474	0,02490
	<u>0,12286</u>	<u>0,05354</u>

A movimentação do saldo de dividendos no passivo e patrimônio líquido da conta "Dividendos a pagar" pode ser assim demonstrada:

Em 01 de janeiro de 2021	<u>670</u>
Dividendos adicionais aprovados	2.030
Dividendos mínimos obrigatórios	2.340
Pagamentos realizados	(2.700)
Em 31 de dezembro de 2021	<u>2.340</u>
Dividendos adicionais aprovados	6.584
Dividendos mínimos obrigatórios	2.962
Pagamentos realizados	(8.924)
Em 31 de dezembro de 2022	<u><u>2.962</u></u>

14. RECEITA LÍQUIDA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Receita da prestação de serviços	-	386
Tributos sobre a prestação de serviços	-	(47)
	<u>-</u>	<u>339</u>
Receita da venda de energia elétrica	34.973	28.722
PIS sobre a venda de energia elétrica	(227)	(187)
COFINS sobre a venda de energia elétrica	(1.049)	(862)
	<u>33.697</u>	<u>27.673</u>
Total da Receita líquida	<u><u>33.697</u></u>	<u><u>28.012</u></u>

15. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Serviços tomados de partes relacionadas	(2.965)	(2.391)
Serviços de terceiros	(3.090)	(1.948)
Encargos setoriais	(1.778)	(1.327)
Seguros fianças e comissões	(440)	(462)
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo	(16)	(30)

Depreciação e amortização	(9.870)	(9.752)
	<u>(18.159)</u>	<u>(15.910)</u>

b) Despesas

	31.12.2022	31.12.2021
Aluguel	(72)	(137)
Encargos setoriais	(128)	(35)
Impostos e taxas	(74)	(85)
Propaganda e publicidade	(3)	(40)
Serviços de partes relacionadas	(127)	(590)
Serviços de terceiros	(1.421)	(1.203)
Viagens e estadias	(329)	(121)
Outros	(212)	(123)
	<u>(2.366)</u>	<u>(2.334)</u>

16. RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.2022	31.12.2021
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	469	237
Variação cambial ativa	-	72
	<u>469</u>	<u>309</u>
Despesas financeiras		
IOF, multas e juros sobre tributos	(12)	-
Juros sobre arrendamento mercantil	(66)	(91)
Outras despesas financeiras	(320)	(278)
	<u>(398)</u>	<u>(369)</u>
	<u>71</u>	<u>(60)</u>

17. PROVISÃO RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E FISCAIS

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Os valores avaliados com risco possível de desembolso, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados em nota explicativa.

A Companhia não identificou perdas com riscos prováveis ou possíveis para fins de provisão ou divulgação nos exercícios de 2022 e 2021.

Processos investigativos

Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da sua controlada em conjunto SKER, em 13 de julho de 2015, o

Grupo realizou uma investigação interna relacionada a esta subsidiária, sendo que o verificado durante a mesma foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016. Em 15 de outubro de 2021, a SKER firmou um Acordo de Leniência com o poder público federal para um dos casos denunciados e realizou o pagamento de R\$18.019 mil em multas e ressarcimento de vantagens indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft. Como fruto do acordo, a SKER implementará melhorias no seu sistema de conformidade, de forma a assegurar que a SKER continue a operar no País de acordo com os mais elevados padrões éticos, com tolerância zero para a corrupção. No estágio atual, não é possível prever o resultado final para os outros casos relatados.

A sua controladora SKER e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF (“ANIPA”) que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a SKER, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma o processo remanesce classificado com a avaliação de risco possível, e ilíquida.

A controladora da Companhia é ré, entre outros, na ação civil pública cumulada com ação por ato de improbidade administrativa ajuizada inicialmente pelo Ministério Público Federal, e atualmente pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina (em razão de declínio de competência), em virtude de supostos atos de improbidade administrativa na obtenção das licenças ambientais de instalação de usinas eólicas do Parque de Água Doce, no valor histórico de R\$1,3 bilhão. Esta ação judicial tem avaliação de perda possível indicada pelos seus patronos, sendo, contudo, ilíquida para a fase processual em que se encontra o processo.

18. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido (ou prejuízo) disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais com efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	12.471	9.851
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>50.451</u>	<u>88.892</u>
Lucro por ação	<u><u>0,24719</u></u>	<u><u>0,11082</u></u>

19. OUTROS RISCOS

a) Risco de não prorrogação da autorização

A Companhia possui autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica (nota explicativa nº 1), sem nenhum pagamento pelo uso do bem público (nota explicativa nº 2.18). Caso a prorrogação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização hoje

outorgada a Companhia será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

b) Risco da não entrega da energia contratada

É o risco de que a Companhia não entregue 100% da energia contratada em cada quadriênio. O contrato de venda de energia estabelecido entre a Companhia e a CCEE prevê entrega mínima anual de 90% da energia contratada para que não haja penalidade de 15% entre a diferença do volume entregue e o limite mínimo anual. Caso a Companhia não consiga em quadriênios entregar 100% do volume contratado, a diferença não entregue poderá ser compensada por meio de contrato de cessão com outro empreendimento eólico que tenha contrato estabelecido no mesmo leilão que a Companhia. Contudo, caso não seja possível essa negociação, a diferença negativa deverá ser ressarcida em 12 parcelas mensais a partir do quadriênio subsequente, sempre valorados à preço vigente do contrato.

20. SEGUROS

A controladora Statkraft Energias Renováveis S.A. contratou apólice de seguro de riscos operacionais e responsabilidade civil, com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência de 01 de abril de 2023 a 31 de março de 2024, as quais abrangem as operações da Companhia.
